

UMA NARRATIVA DO BRASIL NAS MEMÓRIAS E TEMPORALIDADES DAS EXPERIÊNCIAS NEGRAS NO “DIÁRIO DE BITITA” (1986)

*Amanda Moura Souto*¹

*Matheus Silva Freitas*²

RESUMO: O presente artigo traz uma reflexão crítica das memórias e temporalidades das experiências negras brasileiras que se apresentam na obra *Diário de Bitita*, publicação póstuma em 1986 da escritora Carolina Maria de Jesus [1914-1977]. Buscamos explorar os contextos de sujeição e resistência presentes na obra que possibilitam discutir, por um lado, a temporalidade e as maneiras de contar sobre si e sobre o mundo que não se encerra em narrativas de dor e sofrimento e, por outro lado, o conjunto de memórias do cotidiano que é capaz de conceber uma narrativa sobre/do Brasil. A articulação temporal do passado escravocrata às experiências de opressão e desigualdades sociais e raciais encenadas em *Diário de Bitita* elaboram uma narrativa que tensiona imaginários nacionais hegemônicos, entre eles a ideia de democracia racial. Ademais, a denúncia e crítica social constitutiva da obra é pavimentada por um estilo estético e poético composto de ironias, lembranças, sonhos e desejos.

PALAVRAS-CHAVE: Memórias. Temporalidades. Experiências negras. Carolina Maria de Jesus. *Diário de Bitita*.

A NARRATIVE OF BRAZIL IN THE MEMORIES AND TEMPORALITIES OF BLACK EXPERIENCES IN THE “DIÁRIO DE BITITA” (1986)

¹ Mestranda em Antropologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro/Museu Nacional. E-mail: amandasouto25@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5738-1399>.

² Mestrando em Educação na Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: freitassmat@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6245-9085>.

ABSTRACT: This article brings a critical reflection of the memories and temporalities of the experiences Brazilian black women who appear in the work *Diário de Bitita*, posthumous publication in 1986 by the writer Carolina Maria de Jesus [1914-1977]. We seek to explore the contexts of subjection and resistance present in the work that make it possible to discuss, on the one hand, the temporality and ways of telling about oneself and about the world that does not end in narratives of pain and suffering and, on the other hand, the set of everyday memories that is capable of conceiving a narrative about/from Brazil. The temporal articulation of the past slavery to the experiences of oppression and social and racial inequalities staged in *Diário de Bitita*, elaborate a narrative that tensions hegemonic national imaginaries, among them the idea of racial democracy. Furthermore, the denunciation and social criticism that constitute the work is paved by an aesthetic and poetic style composed of ironies, memories, dreams. and wishes.

KEYWORDS: Memories. Temporalities. Black experiences. Carolina Maria de Jesus. *Bitita's Diary*.

UNA NARRATIVA DE BRASIL EN LAS MEMORIAS Y TEMPORALIDADES DE LAS EXPERIENCIAS NEGRAS EN EL “DIÁRIO DE BITITA” (1986)

RESUMEN: Este artículo trae una reflexión crítica de las memorias y temporalidades de las experiencias Negras brasileñas que aparecen en la obra *Diário de Bitita*, publicación póstuma en 1986 de la escritora Carolina María de Jesús [1914-1977]. Buscamos explorar los contextos de sujeción y resistencia presentes en la obra que permiten discutir, por un lado, la temporalidad y formas de contar sobre uno mismo y sobre el mundo que no termina en narrativas de dolor y sufrimiento y, por otro lado, el conjunto de memorias cotidianas que capaz de concebir una narrativa sobre/desde Brasil. La articulación temporal del pasado esclavitud a las experiencias de opresión y desigualdades sociales y raciales escenificadas en *Diário de Bitita*, elaboran una narrativa que tensiona los imaginarios nacionales hegemónicos, entre ellos la idea de democracia racial. Además, la denuncia y crítica social que constituye la obra está pavimentada por un estilo estético y poético compuesto de ironías, recuerdos, sueños y deseos.

PALABRAS CLAVE: Recuerdos. Temporalidades. Experiencias negras. Carolina María de Jesús. *Diario de Bitita*.

INTRODUÇÃO³

“(…) As minhas ideias variavam de minuto a minuto iguais às nuvens no espaço que formam belíssimos cenários, porque se o céu fosse sempre azul não seria gracioso (…)” (JESUS, p. 10, 1986). Este trecho encontra-se nas páginas iniciais do livro *Diário de Bitita* (1986), de Carolina Maria de Jesus, e demonstra o motivo desta escritora, compositora, romancista e poeta ser conhecida mundialmente pelo poder de suas palavras, pela construção narrativa de seus enredos e por sua visão íntima e interna de aspectos comuns que circundam o cotidiano vivido pelas mulheres, pessoas negras e pobres no Brasil.

No presente artigo, pretendemos enfatizar alguns aspectos poéticos, estéticos e artísticos da crítica e denúncia social evocada na obra literária carolineana, a partir do *Diário de Bitita*. Dessa forma, afastamo-nos das concepções que enquadram esta obra apenas como retrato da pobreza, da violência e das desigualdades presentes na sociedade brasileira. Refletimos os contornos complexos que sustentam a escrita de Carolina de Jesus, no que diz respeito à porosidade e a profundidade estética, crítica e moral que permeiam o *Diário de Bitita*.

Carolina Maria de Jesus tornou-se reconhecidamente uma escritora, sonho que carregava desde sua meninice, através da publicação do livro *Quarto de Despejo: diário de uma favelada* em 1960, o qual foi recebido com grande sucesso pelos/as críticos/as literários da época⁴. No entanto, em publicações posteriores e até póstumas, como o *Diário de Bitita*, a escritora não obteve tamanha aceitação.⁵

³ Agradecemos à Beatriz Gomes e ao Luís Gustavo de Paiva Faria pela leitura e comentários, assim como os/as pareceristas pelas sugestões. Entretanto, assumimos responsabilidade pela autoria das ideias aqui desenvolvidas.

⁴ Na primeira edição do livro *Quarto de Despejo: diário de uma favelada* foram vendidos mais de dez mil exemplares e contando com as reedições foram vendidos mais de cem mil exemplares. Acrescentando-se a isso, cabe ressaltar que o livro foi traduzido para mais de treze línguas.

⁵ Além do livro *Diário de Bitita*, foram publicados postumamente as obras *Men estranho diário* em 1996, *Antologia pessoal* em 1996 e *Onde estaes felicidade?*, em 2014. Já as obras publicadas ainda em vida, destaca-se o famoso livro *Quarto de despejo: diário de uma favelada* em 1960, bem como *Casa de alvenaria: diário de uma ex-favelada* em 1961, *Pedaços da fome* em 1963 e *Provérbios* em 1965.

Entre os argumentos que analisam o insucesso das obras da escritora, o historiador José Carlos Sebe Bom (1998, p. 85) destaca que, amparado no “apagamento da contracultura”, os escritos de “Carolina escorreu[ram] pela vala do esquecimento como se não tivesse[m] importância singular em nossa história da cultura”. Ademais, o autor pontua que a escrita carolineana retratava críticas sociais e políticas à sociedade brasileira, sendo considerada subversiva e susceptível de censura diante das imposições violentas destinadas ao cenário cultural e artístico, a partir do golpe militar de 1964 (BOM, 1998, p. 89).

Nesse sentido, o alcance editorial e de público do livro *Diário de Bitita* foi menor se comparado ao sucesso do *Quarto de Despejo*. Entretanto, o *Diário de Bitita* possui uma relevância na composição das obras literárias de Carolina Maria de Jesus. É nesse livro que a escritora rememora sua infância e adolescência, vividos no período do pós-abolição brasileiro, e através disto recorda as relações familiares, escolares e cotidianas que ajudaram a constituir as percepções sobre o mundo expressas em seus livros. Em outras palavras, *Diário de Bitita* remonta, de certa maneira, as origens e as tessituras que estabeleceram o apreço de Carolina de Jesus pela leitura, pela escrita e os estímulos intelectuais que recebeu para sua formação enquanto escritora.

A partir do *Diário de Bitita*, este artigo busca refletir sobre as experiências negras brasileiras na dimensão das suas memórias e temporalidades, pensando nos cotidianos de sujeição, mas também de resistência. Nesse sentido, Carolina Maria de Jesus constrói camadas de complexidades às narrativas sobre si e sobre o Brasil, pois entrecruza temporalidades através do olhar de dentro, isto é, de quem vivencia as mazelas da sociedade, assim como aponta para um futuro visionário.

A título de organização, a discussão elaborada neste texto foi dividida em duas partes. A primeira dedica-se à compreensão das formas narrativas de Carolina Maria de Jesus, no que diz respeito à temporalidade e às maneiras de contar sobre si e sobre o mundo que não se restringem a narrativas sobre dor e sofrimento. Já a segunda parte refere-se ao conjunto de memórias do cotidiano tecidas em *Diário de Bitita*, e que expõem as experiências de sujeição e desigualdades raciais, constituindo-se, assim, uma narrativa que elabora a realidade social brasileira.

TEMPORALIDADES E FORMAS NARRATIVAS NO *DIÁRIO DE BITITA*

O livro *Diário de Bitita*, de autoria da escritora mineira Carolina Maria de Jesus, foi publicado postumamente em 1982, na França, sob o título de *Journal de Bitita*. Já no Brasil foi publicado pela Editora Nova Fronteira apenas em 1986. Os manuscritos inéditos que compunham a expressiva obra *Diário de Bitita* foram entregues pela escritora em 1977, antes de sua morte, para alguns jornalistas que cuidaram de realizar as publicações posteriormente.

O livro *Diário de Bitita* está dividido em vinte e dois capítulos em que Carolina de Jesus elabora cronologicamente as fases da vida de Bitita (infância, adolescência e início da fase adulta), os lugares por onde viveu (nas fazendas com a família, na cidade interiorana de Sacramento/MG e na cidade de Ribeirão Preto/SP) e as relações que estabeleceu ao longo da sua vida, marcadas sob a condição de ser uma mulher negra pobre. As memórias que compõem este livro reverberam o contexto do pós-abolição (1888). Carolina de Jesus aborda os processos de sujeição e subalternização, provocados pela escravização no Brasil, e como esses processos ainda ressoavam no cotidiano da população negra de sua época.

Cabe ressaltar que nesta obra as memórias contadas por Carolina de Jesus não podem ser lidas necessariamente como um registro fiel da realidade e da sua história de vida. Ela carrega uma elaboração memorialística, ficcional e poética. Sendo assim, a representação da realidade social na obra não é um espelho ou reflexo, mas uma elaboração artística que atravessa diversas mediações.

Na infância, como Bitita⁶ era muito questionadora, perguntava para sua mãe se realmente era gente, dizia que queria saber quem era seu pai e também tinha vontade de virar homem por perceber que eram eles que mandavam no mundo. Suas vizinhas achavam Bitita muito atrevida

⁶ Bitita era o apelido de Carolina Maria de Jesus em sua infância. Descreve no livro o trecho em que estava em diálogo com a professora na escola, quando ouviu seu nome pela primeira vez: “Fiquei furiosa e respondi com indolência: - Meu nome é Bitita; - Teu nome é Carolina Maria de Jesus. Era a primeira vez que eu ouvia pronunciar o meu nome” (JESUS, 1986, p. 129).

e sempre comentavam com sua mãe que ela merecia uma surra. Nesse período, ela acompanhava as Festas de São Benedito e não compreendia o porquê de as pessoas ricas fazerem tantos pedidos ao santo, visto que elas não passavam nenhuma necessidade em suas vidas e questionava se elas não ficavam satisfeitas com o que já possuíam.

Foi ainda na infância que Bitita ouvia as histórias sobre a escravidão no Brasil através de seu avô Benedito da Silva, ex-escravizado, que contava sobre as condições em que viveu neste período, o quanto trabalhavam e como eram mal tratados pelos senhores. Foi também, por intermédio de seu avô, que ouvia as ideias políticas de Seu Manoel Nogueira, descrito por ela como mulato e jurista. Ele contava sobre Rui Barbosa, sobre as guerras na Europa e sobre a situação política no Brasil. Tanto seu avô quanto Seu Manoel viam nos estudos a possibilidade de transformações e eram admiradores de Rui Barbosa. Era muito comum a figura de Rui Barbosa entre as conversas das pessoas negras da época, que admiravam que havia políticos que defendiam escolas e cultura para os negros, pois Rui Barbosa entendia que liberdade sem condições plenas não se sustentaria. Bitita, ouvindo tais conversas, pensava se existiria um Brasil estruturado para os brasileiros.

Como parte de sua infância foi vivida em Sacramento/MG, ao andar pela cidade Bitita observava o cotidiano das mulheres pobres, que saíam de casa para trabalhar às 6 horas da manhã e voltavam apenas à noite, depois de terem lavado muitas roupas, feito muita comida e recebido muito pouco para realizar tais tarefas. Era comum ouvirem dessas mulheres o quanto estavam cansadas. Além disso, escutava sobre os abusos sexuais dos filhos dos patrões sobre as filhas das cozinheiras. Ao perceber como as relações no mundo foram construídas, Bitita notava que a vida dos brancos era melhor se comparada à vida dos negros, pois esses trabalhavam até a morte, como seu avô, e ainda viviam marcados por constantes violências e prisões injustas.

Quando criança, a mãe de Bitita colocou-a na escola mediante pedido de sua patroa. Foi na escola que ouvira seu nome, Carolina Maria de Jesus, pela primeira vez, e foi nesse mesmo ambiente que os colegas de classe a insultavam de “feia”. Mesmo não gostando de frequentar a

escola, Bitita aprendeu a ler e escrever em três meses, ficando fascinada pela leitura, lendo tudo que via à sua frente. No entanto, precisou deixar a escola, pois se mudou, juntamente com sua família, para trabalhar em uma fazenda. Em seu tempo livre, Bitita lia Luiz Gama, Tiradentes, entre outros autores, que classificava como brasileiros que sonhavam com um Brasil para os brasileiros. Ainda na fazenda, ela trabalhou seis meses na casa da patroa sem receber qualquer remuneração. Eles resolveram ir embora, pois recebiam muito pouco e tudo o que plantavam tinham que dividir com os patrões. Ao retornarem para a cidade, Bitita e sua mãe trabalhavam como doméstica. Em diversos empregos, ela era acusada de roubo e também era comum que, ao ser demitida, o dinheiro do acerto era sempre menor do que havia sido combinado.

Entre as mudanças de casas e de trabalho, já na adolescência, Bitita foi acometida por feridas em suas pernas, que a impediam de trabalhar. Diante disso, ela precisou buscar tratamento em outras cidades, como Uberaba/MG e Ribeirão Preto/SP. Mesmo doente, Bitita fazia tais viagens a pé e se hospedava na casa de parentes ou conhecidos. Nessas estadias, ela relata a forma e o desprezo que as pessoas a tratavam, que não lhe ofereciam comida e pediam que ela ajudasse no aluguel. Em Ribeirão Preto/SP, permaneceu seis dias e comeu apenas uma vez na casa de sua tia. Depois de decidir voltar a pé para Sacramento/MG, no meio do caminho procurou a Casa Santa em Jardinópolis/SP e foi recebida com muito carinho pelas freiras, que lhe ofereceram comida, banho e lugar para dormir, além de cuidarem de suas pernas feridas. No entanto, as tais feridas não cicatrizaram e ela voltou para sua cidade. Mesmo assim, não queria desistir, gostaria de viver dias melhores.

Em Sacramento/MG, Bitita e sua mãe foram presas por alguns dias diante de acusações falsas. Depois que saíram da cadeia, ela com as pernas muito feridas e sua mãe com o braço quebrado, foram pedir esmola. As duas foram para Franca/SP, mas como Bitita não podia trabalhar, ficava vagando e passando fome enquanto sua mãe trabalhava como doméstica. Após muitas buscas por tratamento de suas feridas, Bitita conseguiu realmente se curar, entretanto, continuava sendo mandada embora dos seus empregos. Percebia que seus dias eram trágicos, que os seus sonhos

de cuidar da mãe, de ter uma casa e ter uma vida mais segura estavam longe de serem realizados. Mas, ao arrumar emprego com uma professora que estava indo morar em São Paulo, voltou a acreditar em dias melhores, pois via em sua ida uma forma de realizar seus sonhos.

Diante do modo como Carolina Maria de Jesus constrói os tempos e os espaços dos acontecimentos em sua vida, é possível compreender sua obra a partir do conceito de cronotopo, do filósofo Mikhail Bakhtin (2018), observando a dimensão espaço-temporal que compõe sua construção e seu estilo narrativo. Ao se apropriar da noção de cronotopo, consideramos que a escritora está rememorando os momentos passados de sua vida por meio das suas relações configuradas no presente, trazendo o aspecto de intertextualidade na escrita literária. Em outras palavras, a escritora narra suas memórias através de suas percepções e de suas experiências acumuladas até o presente, entretanto, a dimensão do passado atravessa e constrói seu estilo narrativo. Dessa forma, as memórias e os espaços passados estariam entranhados e seriam constitutivos do seu ato de escrita.

Além do mais, mesmo que Carolina de Jesus esteja narrando sobre seu passado, os acontecimentos que compõem tal temporalidade e espacialidade, como as narrativas de violência policial no período do pós-abolição, atravessam o tempo e o espaço, passado e se atualizam no presente que compõe o cotidiano das experiências negras no Brasil. Nesse sentido, as percepções da escritora ao observar que a polícia era mais violenta com pessoas negras continuam, na atualidade, a operar na sociedade brasileira, a saber, através das chacinas que ocorrem em espaços periféricos, como a Chacina do Jacarezinho, no Rio de Janeiro, em maio de 2021, ou a Chacina de Paraisópolis em dezembro de 2019, em São Paulo. Esse contínuo de violência no país demonstra a atualidade das críticas elaboradas por Carolina de Jesus.

Como uma zona fragmentada, movente, aleatória e irregular, o tempo, segundo o filósofo Achille Mbembe (2018, p. 214), não se registra em uma “sucessão de agoras”. Ele emerge em formatos provisórios na medida em que nos relacionamos com o mundo, com as coisas e com o corpo. A sensação de viver o passado no presente ou de prever suas reencenações no futuro compõem uma crítica negra do tempo. Especialmente a partir

do arquivo literário, Mbembe (2018, p. 216) se esforça em pensar tal crítica, uma vez que para as experiências negras o tempo é paradoxal: “nunca é plenamente um tempo presente sem que seja totalmente apartado do passado e do futuro. É um tempo com durações diferenciais, submetido a duas leis, a do deslocamento e a da simultaneidade (coocorrência)”.

Assim, ao observar muitas das narrativas evocadas por Carolina de Jesus, seria possível captar uma “atemporalidade do racismo cotidiano”, como trata Grada Kilomba (2019). Atravessando os marcos temporais, a sujeição racial recoloca o passado colonial em um presente que se torna traumático.

É um choque violento que de repente coloca o sujeito negro em uma cena colonial na qual, como no cenário de uma plantação, ele é aprisionado como a/o ‘Outra/o’ subordinado e exótico. De repente, o passado vem a coincidir com o presente, e o presente é vivenciado como se o sujeito negro estivesse naquele passado agonizante (KILOMBA, 2019, p. 30).

Nesse sentido, observando a dimensão espaço-temporal, percebe-se que Carolina de Jesus tece suas narrativas a partir de cenas cotidianas inspiradas nas relações familiares, escolares, de trabalho, nas festividades e na vida nas cidades, apresentando as desigualdades e as violências enfrentadas por ela e pelas pessoas negras de seu convívio. No entanto, ao mesmo tempo em que a escritora descreve as mazelas vivenciadas, ela aborda a si mesmo e os/as outros/as como sujeitos negros/as reflexivos/as dotados/as de sonhos e, principalmente, de inquietações frente às disputas raciais. No trecho a seguir, percebe-se que Bitita manifesta sua incompreensão a respeito das relações de hostilidade entre pessoas negras e brancas.

Eu pensava: ‘Meu Deus! Quem foi que começou esta questão, foi o preto ou foi o branco? Quem procurou o preto? Se foi o branco quem procurou o preto, ele não tem o direito de reclamar. O negro não invadiu suas terras,

foram eles que invadiram as terras dos negros.’ Ninguém para me explicar. A minha mãe já estava saturada com as minhas perguntas (JESUS, 1986, p. 60).

Pode-se refletir o modo como Carolina de Jesus constrói a sua narrativa, em outras palavras, como a escritora articula e configura os aspectos de violência e de desigualdade presentes em suas relações cotidianas através de reflexões e percepções constitutivas de sujeitos negros. Nesse sentido, diante dessas cenas, a escritora conduz a narrativa para a humanização dos corpos negros ao apresentar seus questionamentos, seus pensamentos e seus sentimentos diante da dura realidade marcada por opressão e desigualdades. Ao escrever, Carolina de Jesus provoca fissuras nas relações de poder, inclusive dentro do campo literário brasileiro, pois desestabiliza as narrativas já produzidas para e sobre os corpos negros.⁷

Nesse caminhar, o exercício narrativo de Carolina de Jesus, em diálogo com as contribuições da pesquisadora Saidiya Hartman (2020), estaria apoiado em narrativas que possibilitam contar sobre a violência e situações de crueldade sem pensá-las como algo calcificado e limitador, mas como uma das perspectivas que atravessam as relações que compõem as experiências negras. A escritora estaria, então, produzindo subjetividades negras através de suas próprias memórias, colocando-se na posição de sujeito que elabora sua própria narrativa sobre si e sobre o mundo ao seu redor. Nos trechos abaixo, Bitita apresenta-se, mesmo diante das adversidades, como uma criança questionadora e entendida do mundo.

- Mãe, eu sou gente ou bicho?

-Você é gente, minha filha

- O que é ser gente?

A minha mãe não respondeu (JESUS, 1986, p. 8).

(...)

⁷ A pesquisadora Regina Dalcastagnè (2021) indica, a partir de levantamento de dados acerca das publicações de romances entre 1965 e 1979 e entre 1990 e 2014, que o campo literário brasileiro é um espaço de agência restrito, tanto no que diz respeito à autoria quanto à personagens, pois existe predominância de homens, brancos e de classe média. Além do mais, quando se representam outros grupos recorre-se aos estereótipos.

Tinha hora que eu tinha medo do mundo! Era quando ouvia os homens falarem nas dificuldades que há para um homem encontrar trabalho. O mundo não é um paraíso para o homem (JESUS, 1986, p. 20)

(...)

Eu achava o mundo feio e triste, quando estava com fome. Depois que almoçava achava o mundo belo.

Perguntei a minha mãe:

- O mundo é tão bom! Ele é sempre assim?

Não respondeu-me. Dirigiu-me um olhar tão triste, um olhar que preocupou-me. Mas insisti.

- Mamãe, mamãe... fala-me do mundo. O que quer dizer mundo?

Ela me deu dois tapas, saí correndo e chorando. (JESUS, 1986, p. 21).

(...)

Fui ficando triste. O mundo há de ser sempre assim: negro praqui, prali. E Deus gosta mais dos brancos do que dos negros. Os brancos tem casa cobertas com telhas. Se Deus não gosta de nós, por que é que nos fez nascer?

Fui procurar minha mãe.

- A senhora pode me dar o endereço de Deus? (JESUS, 1986, p. 96)

(...)

O soldado que matou o nordestino era branco. O delegado era branco. E eu fiquei com medo dos brancos e olhei minha pele preta. Por que será que o branco pode matar o preto? Será que Deus deu o mundo para eles? Eu tinha excesso de imaginação (JESUS, 1986, p. 113).

Ademais, ainda amparadas nas contribuições de Hartman (2020), no que diz respeito às questões colocadas pela pesquisadora frente às preocupações de porquê e de como narrar as experiências de dor e de sofrimento das pessoas negras no período de escravização, cabe refletir sobre como Carolina de Jesus descreve cenas de humilhação por parte dos patrões e de alguns familiares, seus medos e suas frustrações. Nesse sentido, a escritora destaca tais cenas e as coloca como fundamentais

e constitutivas de sua infância, adolescência e parte de sua vida adulta. Carolina de Jesus evidencia tais acontecimentos, fomentando, assim, a quebra de silêncios a respeito das condições de vida da população negra, voltando-se narrativamente para aspectos sentimentais e sensíveis do cotidiano.

Estes momentos atravessados por humilhações e momentos de cuidado afetaram a percepção que Carolina de Jesus tinha sobre a vida e sobre as pessoas. No decorrer de seu livro, a escritora aponta o desafio que é viver em um mundo desigual, marcado por constantes violências raciais e por privações. No entanto, ela permanece em ação, questionando, trocando de serviços, mudando de cidade, para alcançar o sonho de ter uma vida digna. Assim, destacamos em Carolina de Jesus uma habilidade de narrar os traumas e as angústias de viver em um mundo em que a liberdade para a população negra, em sua percepção, seria ilusória e mesmo assim manter-se em movimento para conjurar as estruturas de poder que constituem a sociedade brasileira.

O modo como Carolina de Jesus rememora e constrói a narrativa sobre sua vida e suas relações cotidianas se aproximam do que a escritora Conceição Evaristo (2020, p. 30) denominou de *escrevivência*, sendo o “ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado” - imagem essa que está baseada na tentativa de controle dos corpos e das vozes negras, produzida desde o sistema escravocrata. Na perspectiva da *escrevivência*, a escrita das mulheres negras transborda o campo da individualidade, isto é, da escrita que se encerra em si mesmo, pois está atravessada por uma coletividade ancestral.

“Escrevivência solda, com densidade poética e realismo cotidiano, *corpo, condição social e experiência*” (BORGES, 2020, p. 202, grifos no original). Enquanto um princípio teórico-metodológico para produção, armazenamento e circulação de narrativas, memórias e arquivos, a definição de *escrevivência* moldada por Conceição Evaristo, de acordo com Rosane Borges (2020, p. 189), possibilita ancorar uma escrita de histórias silenciadas que “reatualizam o passado, tecem o presente e organizam o futuro”. Além disso, a *escrevivência* apresenta-se em um trançado de códigos, como escrita, fala e gestualidade, propício para a

construção de relatos memorialísticos de restituição de dignidade das populações esquecidas e excluídas (BORGES, 2020).

Em Carolina de Jesus é possível compreender suas narrativas como forma de contra atacar as desigualdades e as violências cotidianas, em que as dores, as alegrias e as angústias são ressaltadas, em que se possibilita humanidade aos corpos violentados, em que se produz rupturas, deslizamentos e, principalmente, como escrita que “perturba o sono injusto dos brancos”, citando a escritora Conceição Evaristo (2020, p. 30). Nesse entendimento, quando a escritora escreve *Diário de Bitita* está deslocando seu cotidiano e suas percepções para o contexto artístico-literário, como tentativas de escapar da realidade violenta em que vivia. Além disso, através da elaboração estética da própria realidade, Carolina de Jesus traça uma compressão de si e dos outros e denuncia a condição social dos sujeitos negros. Ao expandir-se para o campo artístico e da criação, a partir de suas memórias, Carolina de Jesus cria possibilidades de se viver mediante o emaranhado de adversidades.

Na (a)temporalidade da experiência vivida em *Diário de Bitita*, cabe acenar para o compromisso utópico elaborado pelas artes. De acordo com Mbembe (2018, p. 299), para vidas e comunidades atravessadas por humilhação e degradação, como as negras, a criação artística representa “a última linha de defesa contra as forças de desumanização e da morte”. E isso só é possível porque uma das atribuições da arte é “preservar a esperança de sair do mundo tal como foi e tal como é, de renascer para a vida e de renovar a festa” (MBEMBE, 2018, p. 299).

MEMÓRIAS DO COTIDIANO DAS EXPERIÊNCIAS NEGRAS: UMA NARRATIVA DO BRASIL?

As memórias do cotidiano de Carolina Maria de Jesus, inscritas no *Diário de Bitita*, demarcam um profundo incômodo com o ordenamento social colocado para as vidas negras. A escritora expressa suas memórias como ato de possibilidade de se viver, atribuindo centralidade aos sujeitos negros, bem como permite visualizar os contornos das relações raciais na sociedade brasileira. Ademais, a narrativa da escritora aponta formas de

rearranjar e rerepresentar pontos de vistas e percepções sobre o Brasil que estão na contramão das narrativas autorizadas e reconhecidas.

Para questionar a ideia de cotidiano, colocada muitas vezes como categoria auto evidente, ou até mesmo auto explicativa, é importante destacar que os acontecimentos que Carolina de Jesus elege para narrar a si mesmo e suas relações sobressaem dos outros acontecimentos de sua vida. De acordo com o antropólogo Moacir Palmeira (2002), são os sujeitos e suas narrativas que evidenciam os marcos de temporalidade que escapam do cotidiano. Nesse sentido, mesmo os tempos “cotidianos”, marcados pela escrita de seus dias, seriam tempos “especiais”, pois é a escritora que os selecionam e os escolhem para construir a si mesmo e construir o mundo à sua volta. A partir disso, Carolina de Jesus produz enquadramentos de memória, pois “tende a controlar as feridas, as tensões e contradições entre a imagem oficial do passado e suas lembranças pessoais”, apontando, em suas narrativas, os contrassensos de conflitos e desarmonias nas relações raciais no Brasil (POLLAK, 1989, p. 41).

Em diálogo com o sociólogo Maurice Halbwachs (1990), é importante localizar a memória nos processos sociais. Por isso, em sua visão, a memória individual está relacionada à memória coletiva. Mesmo não seguindo estritamente a abordagem durkheimiana, o autor ainda está amparado pela ideia de que a memória coletiva produz coesão, não pela repressão, mas pela afetividade de se construir uma coletividade. Em *Diário de Bitita*, ao narrar sobre as relações raciais no Brasil, a escritora apresenta as fissuras da ideia da democracia racial difusa na memória coletiva brasileira, sustentada na noção de harmonia nas relações raciais.

Michael Pollak (1989; 1992) enfatiza a dimensão da disputa para se construir as memórias coletivas, associadas à memória oficial e nacional. Em outras palavras, a memória é um fenômeno seletivo e construído dentro de um campo de disputa, em que vários grupos estão em conflito para garantir a sobreposição de uma narrativa sobre a outra. Para isso, o autor parte da perspectiva dos excluídos e marginalizados, compreendendo que tais memórias, subterrâneas, se opõem à oficialidade da memória proposta por um imaginário nacional.

Por este caminho argumentamos que, através das memórias presentes no *Diário de Bitita*, Carolina de Jesus está disputando as formas de se narrar e interpretar a história do Brasil. Em sua narrativa, a escritora evidencia a diferença entre o “Brasil oficial” e o “Brasil real” (JESUS, 1986, s/p.), marcado por profundas desigualdades sociais. Assim, questiona a hegemônica igualdade, proposta pela ideia da democracia racial, nas relações entre pessoas negras e brancas. Apesar de que em alguns momentos Carolina de Jesus expresse um desejo de que tal relação fosse embasada no respeito pela diversidade racial da sociedade brasileira.

A seleção e disputa das narrativas e memórias encontra-se no processo de formação e interpretação da sociedade brasileira. Observando a dinâmica de poder e de rejeição/integração nas relações raciais e sexuais no país, a intelectual Lélia Gonzalez (1984) conceituou uma “neurose cultural brasileira” eivada de práticas de ocultamento e encobrimento da realidade nacional, no qual o racismo é o seu principal sintoma.

Gonzalez (1984) debate a dialética da consciência e da memória. Enquanto discurso dominante, segundo a autora, a consciência é o lugar da rejeição, do desconhecimento e do esquecimento. Por sua vez, as memórias possibilitam “inscrições que restituem uma história que não foi escrita” (GONZALEZ, 1984, p. 226). Na esfera da resistência, pelas frestas da hegemonia, a memória “têm suas astúcias, seu jogo de cintura, por isso ela fala através das mancadas do discurso da consciência” (GONZALEZ, 1984, p. 226).

Desse modo, seria Carolina de Jesus uma intérprete do Brasil em *Diário de Bitita*? Para responder a essa questão precisamos também nos indagar: pode um diário interpretar uma nação? Como um dispositivo de registro e produção da realidade percebida por quem escreve, um diário, conforme a pesquisadora Ana Moraes e o pesquisador Francisco Castro (2018, p. 11), “abre possibilidade para o registro de uma escrita visceral, em que sentimentos e percepções sobre os fatos cotidianos e subjetivos se exaltam”. Dada essa potencialidade expressiva, os diários convocam as dimensões políticas e sociais de determinado tempo, espaço e história. Nesse sentido, para Moraes e Castro (2018) narrativas e diários como os

de Carolina de Jesus também constituem-se como “tratado sociológico” e “registro de caráter etnográfico”.

A intelectual Barbara Christian (2002), atentando-se para a teoria e crítica literária, elenca um ponto importante para compreendermos em que medida *Diário de Bitita* traz uma interpretação acerca do Brasil: o ato de teorizar empreendido por pessoas negras. Segundo ela,

As pessoas de cor sempre teorizaram - mas de forma bastante diferente do modelo ocidental de lógica abstrata. Inclino-me até a afirmar que o nosso teorizar (e eu uso aqui intencionalmente o verbo em vez do substantivo) aparece frequentemente em nossas formas narrativas, nas histórias que criamos, em adivinhações e provérbios, nos jogos de linguagem, já que o dinamismo de ideias parece nos agradar mais do que qualquer rigidez. Se não fosse assim, como teríamos conseguido sobreviver com tanta inspiração a ataques aos nossos corpos, nossas instituições sociais, nossos países, nossa humanidade, enfim? E as mulheres, pelo menos as mulheres em torno das quais cresci, sempre refletiram sobre a natureza da vida através de uma linguagem vigorosa, que desmascarava as relações de poder existentes em seus mundos (CHRISTIAN, 2002, p. 86).

É no ato reflexivo que desmascara as relações de poder e no dinamismo de ideias que entendemos que Carolina de Jesus elabora uma narrativa do cotidiano brasileiro. Esta narrativa evidencia as desigualdades e discriminações sociais entre ricos e pobres e entre brancos e negros, bem como as tensões entre o efeito da política na vida nas capitais e no interior. O *Diário de Bitita* persegue alguns fatos históricos da política nacional e abre a partir disso elaborações e fragmentos do acontecer da vida na cidade de Sacramento, interior de Minas Gerais. Por exemplo, um dos capítulos intitulado “A revolução” é dedicado a uma narrativa sobre a Revolução de 1930.⁸ O anúncio da necessidade dos homens se alistarem,

⁸ Trata-se de um levante armado das oligarquias de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul contra o domínio governamental dos paulistas. Deflagrou-se um golpe de Estado e Getúlio Vargas assumiu enquanto Presidente da República. Este episódio encerrou a República Velha

soldados pelas ruas e as mudanças econômicas compõem a cena que abre a narrativa. As promessas e entusiasmos da população com o governo de Getúlio Vargas é estranhada e criticada por *Bitita*.

Eu pensava: 'Por que será que nas cidades pequenas não se sente o efeito de uma política? Se eles fazem tantos progressos nas capitais, poderiam fazer no interior, e o homem não necessitaria locomover-se de um estado para o outro'. Mas a minha cidade continuava no mesmo estilo. Eu olhava a cidade e pensava: 'Pobre Sacramento, é semelhante a um bolo em que não puseram fermento, não cresce' (JESUS, 1986, p. 158).

A crítica social é intensificada com certa descrença com as promessas revolucionárias de melhorias nas condições de vida. Nesse contexto, Carolina de Jesus elabora acerca das persistências das desigualdades e opressões sociais e raciais.

Agora já estava compreendendo que, entra governo, sai governo, o pobre continua sempre pobre. Os sonhos de melhores dias não eram para nós (JESUS, 1986, p. 159).

(...)

O que nos empobreceu demasiadamente foram as nossas andanças pelas fazendas. Percebi que o fazendeiro não dá dinheiro para os colonos. Para mim a escravidão havia apenas amainado um pouquinho. Era horroroso ver os colonos andarem com as roupas rasgadas, remendadas, como se fossem mendigos. Será que a revolução ia auxiliar o homem camponês? Auxílio ou agrura? (...) Quem estava fazendo aquela revolução eram os ricos. Mas eles revoltaram-se, por quê? Quem deveria e deve revoltar-se somos nós que somos os pobres, que trabalhamos sem melhorar a nossa condição de vida, ganhamos apenas as unidades que não cobrem as nossas necessidades. Temos que ficar semi-alfabetizados porque o curso superior está ao alcance dos poderosos somente (JESUS, 1986, p. 159).

(1889-1930).

Uma interpretação que questiona, a partir das mudanças políticas nacionais, as condições de vida, de trabalho e de educação. Aliás, o percurso da educação formal é tema recorrente do *Diário de Bitita*. Para estar presente na escola ou para obter um diploma de curso superior, a obra reveste um cenário complexo de desigualdades, opressões e agenciamentos.

Quando eu olhava os quadros dos esqueletos, o meu coração acelerava-se. Amanhã, eu não volto aqui. Eu não preciso aprender a ler. É que eu estava revoltada com os colegas de classe por terem dito quando eu entrei:

- Que negrinha feia!

Ninguém quer ser feio (JESUS, 1986, p. 122).

(...)

No ano de 1925, as escolas admitiam as alunas negras. Mas, quando as alunas negras voltavam das escolas estavam chorando. Dizendo que não queriam voltar à escola porque os brancos falavam que os negros eram fedidos. As professoras aceitavam os alunos pretos por imposição. Mas se o negro não passava de ano, as mães iam procurar as professoras e diziam:

- A senhora não deixou meu filho entrar no segundo ano porque ele é negro, mas ele já sabe ler e escrever o a-b-c. Os filhos de Júlio Barges passaram de ano, as netas de José Afonso também. Se eu pudesse com mau-olhado estragar a vida de uma professora como a senhora!

As professoras não respondiam. Compreendiam que havia mentalidades opostas. Uma pessoa culta e uma pessoa inculta não chegavam a uma concórdia. Elas diziam que toda profissão tem seu lado negativo (JESUS, 1986, p. 38-39).

Nas narrativas escolares, a escritora evidencia a condição de subordinação das estudantes negras. Experiências de defrontar-se com atribuições racializadas sobre o próprio corpo e estética a partir de equações como beleza/feiura ou cheiro/fedor. São fragmentos de vivências que se encarregam de registrar sentimentos como o coração

acelerado ou conclusões como “ninguém quer ser feio”. Além disso, neste último trecho destacamos a mobilização familiar com o percurso escolar das filhas, exemplificado com a agência das mães em contato com as professoras. Mais à frente, o percurso escolar das crianças das camadas sociais desprivilegiadas é contrastado com o das crianças ricas.

No final do governo do senhor Artur Bernardes, várias crianças estavam alfabetizadas. Os pobres completavam o quarto ano e recebiam o diploma. As crianças ricas prosseguiram os estudos. Os pobres não tinham possibilidades de estudar nem o curso ginásial. E quantos meninos pobres choravam porque queriam estudar! E quantos meninos ricos choravam porque não queriam estudar (JESUS, 1986, p. 48).

Carolina de Jesus também traz lembranças da forma como se organizava o acesso e frequência às socialidades religiosas. Registra as hierarquias e segregações sociais e raciais no perfil do público que assistia às missas: pobres e pretos em um horário, madames ricas e casadas em outro.

Aos domingos, os habitantes da cidade eram obrigados a assistir os ofícios religiosos. As religiões predominantes eram a católica e a espírita. Os católicos eram maioria. Os espíritas minoria. Havia discriminações: os pobres e os pretos assistiam à missa das seis. As madames ricas e casadas assistiam à missa das oito. E as mocinhas assistiam à missa das dez, iam com os namorados (JESUS, 1986, p. 100-101).

Assim, *Diário de Bitúta* se esforça para compor uma narrativa das desigualdades e tensões nas relações sociais, bem como da complexidade do cotidiano das experiências negras. Por isso, vale lembrar que as narrativas hegemônicas sobre o Brasil, para o intelectual e artista Abdias Nascimento (1978, p. 50), apontam para uma série de “distorções da realidade (...) na tentativa de erigir uma fachada mascarando a ideologia” dominante. A construção do projeto e identidade nacional estão concentradas, pois, na ideia de democracia racial.

(...) Desde os primeiros tempos da vida nacional aos dias de hoje, o privilégio de decidir tem permanecido unicamente nas mãos dos propagadores e beneficiários do mito da ‘democracia racial’. Uma ‘democracia’ cuja artificiosidade se expõe para quem quiser ver; só um dos elementos que a constituiriam detém todo o poder em todos os níveis político-econômico-sociais: o branco. Os brancos controlam os meios de disseminar as informações; o aparelho educacional; eles formulam os conceitos, as armas e os valores do país. Não está patente que neste exclusivismo se radica o domínio quase absoluto desfrutado por algo tão falso quanto essa espécie de ‘democracia racial’? (NASCIMENTO, 1978, p. 46).

De acordo com Edward Telles (2012, p. 20), compreender as relações raciais no Brasil envolve situar o “contexto social, cultural e intelectual no qual as ideias brasileiras sobre raça emergiram e se disseminaram”. Nesse sentido, o autor marca uma das ideologias concebidas pelas elites nacionais preocupadas com a miscigenação: a miscigenação como um valor positivo e prova da “democracia racial”, especificamente de 1930 a 1980.⁹ Na ideologia da democracia racial, a identidade nacional do Brasil é sintetizada na mistura racial e na figura do mestiço. A miscigenação se desloca de uma marca pejorativa para uma “característica nacional positiva e símbolo mais importante da cultura brasileira” (TELLES, 2012, p. 26).

No *Diário de Bitita*, Carolina Maria de Jesus tece um cotidiano brasileiro exposto às hierarquias, conflitos e desigualdades raciais, afastado da corrente ideia de harmonia racial. O modo como Carolina de Jesus narra os tempos de sua infância, da adolescência e da vida adulta é permeado pelos imbricamentos das desigualdades e violências de raça, classe, gênero, território, dentre outras.

A escritora desvela as condições estruturais de sua casa e de sua rua, passa pelas sociabilidades na escola e na igreja, na circulação pela cidade, nos desejos de relacionamentos e amores, bem como nos contatos com

⁹ Segundo Telles (2012), as outras duas ideologias foram: primeiro, no século XIX, a miscigenação como degeneração e responsável pelo atraso do Brasil e, segundo, o branqueamento através da miscigenação como solução genética para esse atraso, na travessia do século XIX para XX.

o mercado de trabalho e a segurança pública (polícia). Espaços, tempos e instituições marcados, de forma contínua, pela discriminação e desigualdade racial.

Os pretos tinham pavor dos policiais, que os perseguiram. Para mim aquelas cenas eram semelhantes aos gatos correndo dos cães. Os brancos, que eram os donos do Brasil, não defendiam os negros. Apenas sorriam achando graça de ver os negros correndo de um lado para outro. Procurando um refúgio, para não serem atingidos por uma bala. (...) Quando os pretos falavam: - Nós agora, estamos em liberdade - eu pensava: 'Mas que liberdade é esta se eles têm que correr das autoridades como se fossem culpados de crimes? Então o mundo já foi pior para os negros? Então o mundo é negro para o negro, e branco para o branco!' (JESUS, 1986, p. 56).

Este trecho é digno de destaque pois sintetiza como o cotidiano, que emerge da narrativa de Bitita, é segregado: o “mundo é negro para o negro, e branco para o branco”. A cena de negros correndo e sendo perseguidos pela polícia, captada pela escrita de Carolina de Jesus, desenha uma narrativa acerca do cotidiano nacional que a segurança pública produz de forma racializada, um ideal de sujeitos da desordem, delinquência e criminalidade. O ato de levantar suspeitas acerca de alguém com uma orientação racializada é elaborado também em outro fragmento de *Diário Bitita*:

E os anos foram passando. O que preocupava era a infelicidade dos pretos. Quando ocorria um crime ou um roubo, os pretos eram os suspeitos. Os policiais prendiam. Quantas vezes eu ouvia os maiores dizendo:
- Negros ladrões, negros ordinários.
Eles diziam:
- Não fomos nós.
Notava os seus olhares tristes.
Eu sabia que era negra por causa dos meninos brancos.
Quando brigavam comigo, diziam:
- Negrinha! Negrinha fedida (JESUS, 1986, p. 92).

Assim, na narrativa de Carolina de Jesus comparece o que Grada Kilomba (2019, p. 80) reconhece como “uma ‘constelação de experiências de vida’, um ‘padrão contínuo de abuso’ que se repete incessantemente ao longo da biografia de alguém”. Longe de ser marcado por experiências pontuais, eventos discretos ou ataques únicos, o racismo cotidiano é vivenciado através e junto com “vocabulário, discursos, imagens, gestos, ações e olhares que colocam o sujeito negro e as Pessoas de Cor não só como ‘Outra/o’ (...) mas também como Outridade” (KILOMBA, 2019, p. 78). Ainda conforme Kilomba (2019), a infantilização, primitivização, incivilização, animalização, erotização são algumas das formas que o sujeito negro é percebido como outro, e Carolina de Jesus expõe esses traços do racismo cotidiano nas interações sociais, religiosas, escolares, com a polícia ou no entretenimento, para citar alguns exemplos.

Embora estejamos tratando do *Diário de Bitita* enquanto um relato memorialístico, pensamos que a obra não é um mero espelho ou um retrato do contexto social brasileiro, há algo mais profundo do que isso. Talvez porque a produção de Carolina de Jesus também possa habitar nas fronteiras da escrevivência, como trabalhamos acima. Conceição Evaristo (2020, p. 40) é categórica ao dizer que, nos termos da escrevivência, a sua obra não é necessariamente a história de sua vida (uma obra memorialística), mas antes de tudo, é composta por “ficções da memória”.

Conforme Achille Mbembe (2018, p. 299), “a obra de arte nunca teve por função principal simplesmente representar, ilustrar ou narrar a realidade. Sempre foi da sua natureza embaralhar e mimetizar de uma só vez as formas e as aparências originais”. Assim, o *Diário de Bitita* apresenta uma elaboração artística-literária das experiências e memórias cotidianas das vidas negras. Pensamos junto a Mbembe (2018) que, ao traçar as cenas ordinárias vividas, Carolina de Jesus busca rememorar mas também desfigurá-las, afastá-las e conjurá-las.

Um dos outros espaços-tempo explorados na narrativa do *Diário de Bitita* é o trabalho doméstico. Os esquemas patriarcais, sexistas, escravistas e racistas que regem o trabalho do cuidado estão colocados nas memórias que Carolina de Jesus tem de uma das casas onde sua mãe trabalhava.

Minha mãe lavava roupa por dia e ganhava cinco mil-réis. Levava-me com ela. Eu ficava sentada debaixo dos arvoredos. O meu olhar ficava circulando através das vidraças olhando os patrões comer na mesa. E com inveja dos pretos que podiam trabalhar dentro das casas dos ricos (JESUS, 1986, p. 27).

(...)

Se o filho do patrão espancasse o filho da cozinheira, ela não podia reclamar para não perder o emprego. Mas se a cozinheira tinha filha, pobre negrinha! O filho da patroa a utilizaria para o seu noviciado sexual. Meninas que ainda estavam pensando nas bonecas, nas cirandas e cirandinhas eram brutalizadas pelos filhos do senhor Pereira, Moreira, Oliveira, e outros porqueiras que vieram do além-mar” (JESUS, 1986, p. 34).

A dimensão espacial da segregação e os olhares, assim como as violências sexuais são, ao mesmo tempo, narradas e questionadas, poetizadas e criticadas, em *Diário de Bitita*. Nos trechos acima Bitita era criança e acompanhava sua mãe no trabalho nas casas dos patrões, mas quando foi crescendo ela passou a trabalhar também nas atividades de cuidado doméstico e conviveu com esses processos de violência e desigualdade.

Rejeição e desejo figuram nas memórias do trabalho doméstico em *Diário de Bitita*. Ao tratar dos efeitos violentos da articulação do racismo com sexismo para as mulheres negras, Gonzalez (1984) evoca as noções nacionais de “mulata” e “doméstica” - significantes bastante ajustados à construção da ideia de democracia racial. Embora possam ser atribuições de uma mesma pessoa, a sua nomeação está sujeita à situação em que se encontram. Ao retomar a designação de “mucama” do regime escravista, de acordo com Gonzalez (1984, p. 230), a doméstica “nada mais é do que a mucama permitida, a da prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas. Daí ela ser o lado oposto da exaltação [da mulata no Carnaval]; porque está no cotidiano”.

É nesse jogo cotidiano de rejeição/integração/exaltação que os corpos das mulheres negras são racializados e sexualizados. Essa

dimensão do cotidiano, da rotina, da experiência ordinária aberta aos deslocamentos e intempéries, é balizada pelo fato destas mulheres, nas palavras de Gonzalez (1984, p. 231), “sobrevive[rem] na base da prestação de serviços, segurando a barra familiar praticamente sozinha[s]”, uma vez que, em geral, seus esposos, filhos e irmãos, homens negros, também estão assujeitados às violências e desigualdades raciais, são “objeto de perseguição policial sistemática”.

Circular pela cidade, pelos ambientes públicos e ser impedido pela opressão racial também são experiências postas em cena no *Diário de Bitita*, e que matizam uma interpretação acerca do cotidiano brasileiro. Ambientes de socialização e uso público, como tomar água em uma torneira pública, são atravessados pelas sujeições raciais.

Um dia ouvi a minha mãe contando que o meu tio Joaquim estava tomando água numa torneira pública - o chafariz - quando o filho do Juca Barão chegou e disse-lhe:

- Sai daí negro sujo! Quem deve beber água primeiro sou eu, que sou branco -, e empurrou o meu tio, que ficou nervoso e retirou uma faquinha de arco de barril que ele fez, e deu um golpe na nuca do filho do Juca Barão, que caiu no solo sem vida.

O meu tio não foi preso por ser menor.

O juiz de direito era o doutor Brand. Os brancos reuniram-se e foram xingar o vovô:

- Agora que os negros são livres, vão matar os brancos e já são protegidos pela lei.

Estas cenas eram motivo para os portugueses ufanarem:

- Estes atos selvagens são a consequência da liberdade. E vocês vão ver coisas piores, pois o Rui chegou a dizer que, se o negro estudar, poderá ser governador, presidente, deputado, senador e até diplomata.

Os negros que ouviam não respondiam, porque os portugueses eram ricos. Eles eram livres, mas pobres. Na questão do negro com o branco, ninguém procura saber com quem é que está a razão. E o negro é quem acaba sendo o bode expiatório (JESUS, 1986, p. 62-63).

(...)

Se um branco cambaleava nas ruas diziam que era indisposição, mal-estar. Se um branco bebia nos bares era repreendido: - Você está imitando os negros? Arranjou um negro para ser seu professor? A única coisa que está ao alcance do negro para ele nos ensinar, é beber pinga. Na pinga eles são catedráticos.

Quando havia um conflito, quem ia preso era o negro. E muitas vezes o negro estava apenas olhando. Os soldados não podiam prender os brancos, então prendiam os pretos. Ter uma pele branca era um escudo, um salvo-conduto (JESUS, 1986, p. 52).

As experiências dos homens negros pelas ruas da cidade reencenadas nas memórias de Carolina de Jesus promovem reflexões sobre os negros como bode expiatório e a pele branca como escudo, salvo-conduto. Chama atenção nos trechos acima as insurgências que se colocaram frente às violências raciais, a partir das experiências negras.

Ademais, a potencialidade em narrar e rememorar os cotidianos do *Diário de Bitita* não é só por trazer à baila as experiências de racialização e opressão, mas Carolina de Jesus se expande também por projetos radicais de igualdade e do mundo comum (MBEMBE, 2018). Ela pensava: “O preto não deve matar o branco. O branco não deve matar o preto. Os pretos e os brancos têm que dançar uma quadrilha. Ficarem vis-à-vis ao redor do Brasil.” E continua dizendo “Eu já estava enjoada de ouvir: preto e branco” (JESUS, 1986, p. 53). Evoca, pois, desejos e sonhos de transformação e superação das desigualdades e exclusões.

Nos termos de Mbembe (2018, p. 215), “não existe, portanto, memória que, num dado momento, não encontre sua expressão no universo do sensível, da imaginação e da multiplicidade” - marca muito registrada na criatividade de Bitita. Assim, na narrativa do *Diário de Bitita*, Carolina de Jesus rememora um passado presentificado, em que as violências e as desigualdades se corporificam, denunciam, criticam e questionam, muitas vezes de forma irônica, as mazelas sociais - se distanciando de narrativas cristalizadas e dominantes sobre as relações raciais no Brasil - e, ao mesmo tempo, projeta e almeja um futuro de dignidade e comunhão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No *Diário de Bitita*, Carolina de Jesus traça cenas do cotidiano brasileiro no pós-abolição ao longo do século XX, marcado sobretudo por uma constelação de experiências de desigualdade, opressão, exclusão, subalternização e sujeição de ordem social, racial, sexual e econômica. Em uma narrativa poética, questionadora e crítica, Carolina de Jesus extrapola as condições de violência, sujeição e opressão calcificadas e encerradas em si mesmas. Todavia, elas são enredadas em um estilo próprio que conjuga outras vozes, lembranças, questionamentos, ironias, sonhos e desejos.

As múltiplas temporalidades que atravessam as memórias de Bitita não narram somente o presente, mas entrelaçam reencenações e sonhos entre passado e futuro. Ao selecionar as memórias que quer evidenciar de sua vida, a escritora potencializa sua agência e se mostra uma pessoa que, desde pequena, questiona as injustiças sociais e deseja viver uma vida digna. Este conjunto de memórias e temporalidades não concebem necessariamente um retrato da realidade social, mas uma elaboração estética-poética do acontecer da vida, dos sonhos e questionamentos.

São memórias e temporalidades das experiências negras que tensionam imaginários nacionais hegemônicos, como a ideia de democracia racial. Assim, o *Diário de Bitita* formula uma narrativa sobre a vida e o cotidiano nacional que pode ser lida como uma produção contra hegemônica, pois cria fissuras na narrativa e na memória coletiva e oficial sobre o Brasil. A escritora aponta como o passado escravocrata ainda é presentificado e atualizado nas relações sociais com as desigualdades e violências vividas cotidianamente pela população negra e pobre. Um diário que denuncia de maneira irônica as mazelas sociais, anuncia sonhos e projeta desejos de se viver de forma plena. Com isso, voltar-se para as narrativas de Carolina de Jesus é um modo de reconhecer a multiplicidade de vozes capazes, e interessadas, em elaborar suas histórias sobre os Brasis.

Para mim o mundo consistia em comer, crescer e brincar.
Eu pensava: o mundo é gostoso para viver nele. Eu nunca
hei de morrer para não deixar o mundo. O mundo há de se

ser sempre meu. Se eu morrer, não vou ver o sol, não vou ver a lua, nem as estrelas. Se eu me encontrasse com Deus ia pedir-lhe: ‘Deus, dá o mundo para mim?’ (JESUS, 1986, p. 16).

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, Mikhail. Capítulo 1. In: *Teoria do Romance II*. As formas do tempo e do cronotopo. São Paulo: Editora 34, 2018, p. 15-70.
- BORGES, Rosane. Escrivivência em Conceição Evaristo: armazenamento e circulação dos saberes silenciados. DUARTE, Constância Lima & NUNES, Isabella Rosado (Org.). In: *Escrivivência, a escrita de nós: Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020, p. 182-204.
- CHRISTIAN, Barbara. A disputa de teorias. *Rev. Estud. Fem.*, v. 10, n. 1, p. 85-97, 2002.
- DALCASTAGNÈ, Regina. Ausências e estereótipos no romance brasileiro das últimas décadas: alterações e continuidades. Porto Alegre: Letras de hoje, v. 56, n. 1, 2021.
- EVARISTO, Conceição. A Escrivivência e seus subtextos. DUARTE, Constância Lima & NUNES, Isabella Rosado (Org.). In: *Escrivivência, a escrita de nós: Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020, p. 26-46.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, ANPOCS, p. 223-244, 1984.
- HALBWACHS, Maurice. Memória Coletiva e Memória Individual; Memória Coletiva e Memória Histórica. In: *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990, p. 11-37.
- HARTMAN, Saidiya. Vênus em dois atos. *Revista Eco-Pos*, v. 23, n. 3, p. 12-33, 2020.

- JESUS, Carolina Maria de. *Diário de Bitita*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. São Paulo: N-1 Edições, 2018.
- MORAES, Ana Cristina de & CASTRO, Francisco Mirtiel Frankson Moura. Por uma estetização da escrita acadêmica: poemas, cartas e diários envoltos em intenções pedagógicas. *Revista Brasileira de Educação*, v. 23, p. 1-15, 2018.
- NASCIMENTO, Abdias. *O Genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um Racismo Mascarado*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terras/A, 1978.
- PALMEIRA, Moacir. Política e tempo: nota exploratória. In: PEIRANO, Mariza (org). *O dito e o feito*. Ensaio de antropologia dos rituais. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, Núcleo de Antropologia da Política, 2002, p. 171-178.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, n. 10, 1992.
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.
- TELLES, Edward E. *O significado da raça na sociedade brasileira*. Princeton e Oxford: Princeton University Press, 2012.

Texto recebido em 31/08/2021 e aprovado em 24/01/2022